



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KELMA LISSANDRA SILVA DA NÓBREGA

A RELAÇÃO ENTRE A LEI DE COTAS DE GÊNERO, DINASTIAS POLÍTICAS E O
INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO: IMPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO DA PARAÍBA (2006-2022)

João pessoa

2025

KELMA LISSANDRA SILVA DA NÓBREGA

A RELAÇÃO ENTRE A LEI DE COTAS DE GÊNERO, DINASTIAS POLÍTICAS E O
INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO: IMPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO DA PARAÍBA (2006-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Mércia Santos da
Cruz

João pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N754r Nobrega, Kelma Lissandra Silva da.

A relação entre a Lei de Cotas de Gênero, dinastias políticas e o investimento em capital humano: implicações para o crescimento econômico da Paraíba (2006-2022) / Kelma Lissandra Silva da Nobrega. - João Pessoa, 2025.

35 f. : il.

Orientação: Mércia Santos da Cruz.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Capital humano. 2. Cotas de gênero. 3. Dinastia política. I. Cruz, Mércia Santos da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 33(043)

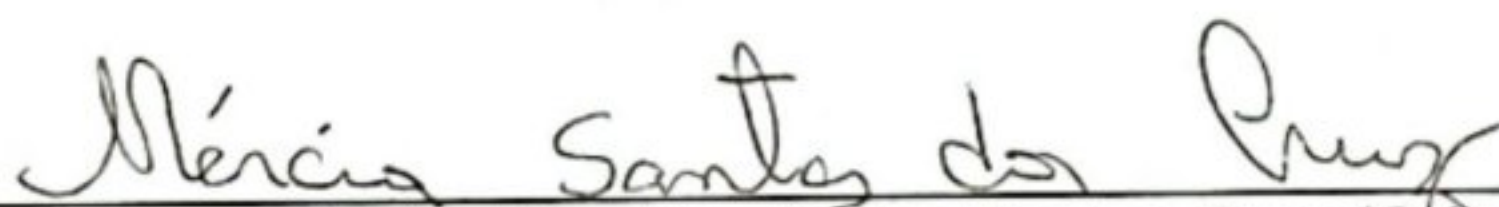
KELMA LISSANDRA SILVA DA NÓBREGA

A RELAÇÃO ENTRE A LEI DE COTAS DE GÊNERO, DINASTIAS POLÍTICAS E O
INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO: IMPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO DA PARAÍBA (2006-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: 08 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mércia dos Santos Cruz (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente



LIEDJE BETTIZAIDE OLIVEIRA DE SIQUEIRA

Data: 07/11/2025 05:47:35-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente



LAERCIO DAMIANE CERQUEIRA DA SILVA

Data: 07/11/2025 10:31:33-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A meu marido, pelo incentivo, apoio e
companheirismo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela oportunidade da vida, pela força nos momentos de incerteza e pelo caminho iluminado até esta conquista.

Ao meu marido, Luís Nilo Vieira Lemos, registro meu amor e gratidão mais profunda. Sua dedicação, paciência e incentivo diário foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Em cada dia de cansaço, encontrei em você o apoio firme e o companheirismo inabalável que transformou esta caminhada em um percurso mais leve e possível.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mércia dos Santos Cruz, registro minha sincera admiração. Sua sabedoria, sua ética e seu acolhimento refletem a essência de um verdadeiro mestre e, como mulher forte e inspiradora, é para mim um exemplo autêntico de respeito, liderança e dedicação.

À banca examinadora, composta pelos professores Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira e Laércio Damiane Cerqueira da Silva, registro minha mais elevada estima e respeito.

A cada um de vocês, minha gratidão por terem feito parte deste capítulo da minha história acadêmica e de vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação da Lei nº 12.034/2009 na ampliação da representatividade feminina na política paraibana, entre 2006 e 2022, investigando se essa participação esteve associada a dinastias políticas e examinando sua possível relação com o investimento em capital humano. Para tanto, adotou-se uma abordagem descritiva com tratamento quantitativo, fundamentada na construção do Índice Dinástico de Gênero (IDG) e do Índice de Comprometimento com a Educação (ICE). Os resultados indicam que a Lei nº 12.034/2009 contribuiu para ampliar numericamente a participação feminina. Entretanto, embora tenha havido crescimento no número de candidaturas femininas ao longo do período, esse aumento não se traduziu em maior taxa de sucesso eleitoral. Verificou-se ainda que parte significativa das mulheres eleitas mantém vínculos dinásticos. Ademais, constatou-se que não houve correlação direta entre IDG e ICE, indicando que os padrões de investimento em educação não se relacionaram de forma imediata com a dinâmica eleitoral feminina. Esses resultados apontam para a necessidade de aprofundar a investigação sobre os condicionantes da efetividade das cotas de gênero, bem como de políticas complementares que favoreçam participação mais autônoma das mulheres na política.

Palavras-Chave: capital humano; cotas de gênero; dinastia política.

ABSTRACT

This study aims to analyze the application of Law No. 12,034/2009 in expanding female political representation in Paraíba between 2006 and 2022, investigating whether this participation was associated with political dynasties and examining its possible relationship with investment in *human capital*. To this end, a descriptive approach with quantitative treatment was adopted, based on the construction of the *Gender Dynastic Index* (IDG) and the *Education Commitment Index* (ICE). The results indicate that Law No. 12,034/2009 contributed to numerically increasing female participation; however, although there was growth in the number of female candidacies over the period, this increase did not translate into a higher electoral success rate. It was also found that a significant share of the elected women maintain dynastic ties. Furthermore, no direct correlation was observed between the IDG and ICE, indicating that patterns of educational investment were not immediately related to female electoral dynamics. These findings highlight the need for further investigation into the factors conditioning the effectiveness of *gender quotas*, as well as complementary policies that may foster a more autonomous participation of women in politics.

Keywords: *human capital; gender quotas; political dynasty.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tabela-síntese das eleições gerais estaduais, Paraíba (2006-2022).....	24
Tabela 2 -	Tabela-síntese das eleições municipais, Paraíba (2008-2020) (Continuação).....	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Participação feminina nas eleições Municipais na Paraíba (2008-2020).....	28
Gráfico 2 -	Taxas de sucesso eleitoral - Eleições Municipais na Paraíba (2008-2020).....	28
Gráfico 3 -	Índice dinástico de gênero – Eleições Gerais Estaduais a Paraíba (2006-2022).....	29
Gráfico 4 -	Participação feminina nas eleições Gerais Estaduais na Paraíba 2008-2020).....	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1	LEI DE COTAS DE GÊNERO E A ESCALADA NA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA.....	12
2.2	DINASTIAS POLÍTICAS E REPRODUÇÕES DE PODER DE GÊNERO.....	13
2.3	INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	14
2.4	INTER-RELAÇÕES ENTRE COTAS, DINASTIAS E INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO.....	14
3	METODOLOGIA.....	15
3.1	INTRODUÇÃO METODOLÓGICA.....	15
3.2	DELIMITAÇÃO DO PERÍODO.....	16
3.3	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	17
3.4	FONTES DE DADOS.....	18
3.5	CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES.....	18
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

O Brasil promulgou em 2009 a Lei nº 12.034, que alterou a Lei nº 9.504/1997, Lei dos Partidos Políticos, estabelecendo que 30% das vagas de candidaturas destinadas a cada partido fossem obrigatoriamente preenchidas por mulheres como meio de dirimir a desigualdade e discriminação de gênero na ocupação de cargos eletivos no cenário político nacional. Entretanto, “apesar da implantação das cotas partidárias, ainda não houve aumento significativo na representação feminina na política” (MOURA LEITE; GUNDIM, 2019, p.147). As autoras também destacam que as cotas de gênero no Brasil não têm alcançado efetividade prática, pois, mesmo com a previsão legal, as mulheres ainda ocupam menos de 30% das cadeiras no Congresso Nacional. (MOURA LEITE; GUNDIM, 2019).

Essa limitação se agrava diante da influência das dinastias políticas, entendidas como a permanência do poder político em famílias ao longo das gerações. Como evidencia Vasconcelos (2018), aproximadamente 64,8% das deputadas federais da 55ª legislatura na Câmara dos Deputados possuíam pai, cônjuge ou outro parente em cargo eletivo no executivo ou legislativo, evidenciando que a inserção feminina na política ainda está condicionada ao capital simbólico das famílias políticas.

Na Paraíba, como destaca Mariano (2005), desde o século XIX famílias como Carneiro da Cunha, Cavalcanti de Albuquerque e Maranhão estruturaram o poder político por meio de alianças matrimoniais, heranças e ocupação sucessivas de cargos públicos. Esse padrão dinástico, fundado na combinação entre prestígio social e domínio econômico, atravessou o Império, consolidou-se na República e permanece influente até hoje, com sobrenomes tradicionais na política paraibana como Cunha Lima, Maranhão, Vital do Rêgo, Ribeiro ainda ocupando cargos de destaque.

Nesse mesmo contexto, Monteiro e Ferreira (2020) destacam que a hereditariedade política no estado é um fenômeno consolidado, famílias tradicionais como os Cunha Lima, Ribeiro, Meireles e Toscano dominam os principais cargos públicos e se mantêm no poder por meio da ocupação estratégica de posições-chave, como secretarias de Saúde, Educação e Obras.

Como observa Nobre (2017, p. 431), “O pertencimento a famílias com tradição na política viabiliza o ingresso nas estruturas de poder político por acessar o capital político construído como o negócio da família”. A influência das dinastias políticas vai

além da perpetuação do poder familiar, ou seja, também repercute na aplicação de recursos públicos no que diz respeito à eficiência alocativa. Nesse ponto, é importante destacar que a eficiência alocativa pressupõe a melhor utilização dos recursos públicos em áreas capazes de gerar retornos sociais e econômicos sustentáveis, como saúde, educação e qualificação profissional (capital humano).

Nesse sentido, Becker (1993, p. 19, tradução nossa) enfatiza que “a análise do capital humano parte do pressuposto de que a escolaridade aumenta os rendimentos e a produtividade principalmente fornecendo conhecimento, habilidades e uma forma de analisar problemas”. De forma complementar, Lucas (1988) reforça que o investimento em capital humano é um determinante fundamental do crescimento econômico.

Assim, considerando que o domínio de dinastias políticas tende a direcionar o gasto público para projetos de curto prazo, com retornos eleitorais imediatos, em detrimento de investimentos estruturantes em capital humano, observa-se uma dinâmica que compromete o desenvolvimento de longo prazo. A distribuição de recursos atende, portanto, mais à manutenção do poder do que às necessidades da população, restringindo a capacidade de promover avanços sociais e econômicos duradouros.

Diante desse cenário, a questão central que orienta esse trabalho consiste em investigar em que medida a Lei nº 12.034/2009 está associada à ampliação da representatividade feminina na política paraibana no período de 2006 a 2022, e se essa representatividade se relaciona à influência das dinastias políticas e ao nível de investimento em capital humano.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a aplicação da Lei nº 12.034/2009 na Paraíba, no período de 2006 a 2022, com foco em seu papel na ampliação da representatividade feminina no cenário político, identificando se essa representatividade se associada à atuação de dinastias políticas e examinando sua relação com o nível de investimento em capital humano.

Para esse propósito estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a aplicação da obrigatoriedade da Cota de Gênero como mecanismo de promoção da equidade, tomando como referência os resultados dos processos eleitorais estaduais e municipais da Paraíba de 2006 a 2022, e mensurar a proporcionalidade do crescimento das candidaturas e o sucesso eleitoral feminino.

2. Investigar se a ampliação da presença feminina nos cargos eletivos, vinculada ou não a famílias políticas tradicionais, apresenta relação com o nível de investimento em capital humano na Paraíba, tomando como referência o percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), utilizando o Índice de Comprometimento com a Educação (ICE) como medida de teste para possível efeito de longo prazo.

Nesse delineamento, as seguintes hipóteses são formuladas:

1. A obrigatoriedade de cotas de gênero nos pleitos eleitorais ampliou o número de candidaturas femininas na Paraíba, mas esse avanço não resultou em crescimento proporcional de sucesso eleitoral, limitando-se, em parte, a estratégias partidárias de cumprimento formal da norma e perpetuação de poder dinástico.
2. Nos municípios paraibanos em que a representação feminina está vinculada a dinastias políticas, observa-se tendência de menor esforço relativo de aplicação de receitas em MDE, considerando as variações fiscais associadas aos ciclos econômicos, em comparação com aqueles em que as representantes femininas não possuem vínculos dinásticos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Lei de cotas de gênero e a escalada na participação feminina na política

A implementação de legislações de cotas de gêneros, como a Lei nº 12.034/2009, surgiu como uma medida afirmativa voltada a corrigir as desigualdades de gênero na representação política brasileira. Segundo Almeida (2022), as cotas têm promovido incremento quantitativo no número de candidatas, especialmente após a sua implementação, ao obrigar os partidos políticos a reservar um mínimo de 30% das candidaturas para mulheres.

No entanto, essa expansão numérica não necessariamente reflete maior efetividade na conquista de mandatos, sinalizando que o aumento de candidatas, por si só, não garante uma maior representação feminina equivalente. Pesquisas indicam

que, embora as cotas tenham favorecido a inserção de mulheres no cenário político, ainda persiste uma desigualdade na distribuição de recursos, além da forte influência de vínculos familiares e dinásticos, que muitas vezes dificultam a renovação e a diversidade das lideranças femininas (CAMPOS *et al.*, 2021; ARAÚJO; RODRIGUES, 2023).

De acordo com Diaz (2003), as ações afirmativas, como as cotas, são essenciais para diminuir barreiras estruturais, mas precisam ser complementadas por mudanças culturais e institucionais. Assim, as cotas funcionam como uma ferramenta de correção temporária, com a necessidade de evoluir para políticas que possam promover a igualdade substancial, incluindo a valorização de lideranças femininas independentes de vínculos familiares ou de elites tradicionais.

2.2 Dinastias políticas e reproduções de poder de gênero

A persistência de vínculos dinásticos na política demonstra a influência de estruturas familiares na perpetuação do poder, muitas vezes em detrimento da renovação formal e do ingresso de lideranças independentes de linhagens familiares. Almeida (2022) analisa que a presença de vínculos dinásticos entre as candidatas e as eleitas revela uma reprodução de elite familiares, muitas vezes limitando as oportunidades de novas lideranças femininas romperem os círculos de poder tradicionais. Esse fenômeno reforça a concentração de poder em determinadas famílias, perpetuando uma lógica de herança política que favorece o *status quo* e dificulta o avanço de candidatas sem vínculos familiares estabelecidos.

A literatura aponta que esse padrão de herança familiar influencia direta ou indiretamente a quantidade de recursos disponíveis às candidatas, além de consolidar uma cultura de nepotismo e clientelismo, que muitas vezes fragilizam o funcionamento democrático e restringem o acesso de novas lideranças às arenas de decisão (SILVA *et al.*, 2023; SOUZA, 2021).

Por outro lado, Campos (2021) destaca que a reprodução de dinastias influencia diretamente nos resultados eleitorais, dificultando a diversificação ideológica e ampliando o poder de elites tradicionais, muitas vezes em detrimento de candidatas independentes ou de grupos marginalizados. Assim, o fortalecimento de vínculos dinásticos é uma das principais barreiras à inclusão plena da mulher na política, reforçando uma estrutura que perpetua desigualdades de gênero existentes.

2.3 Investimento em capital humano e desenvolvimento econômico

O investimento em capital humano é uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento socioeconômico, especialmente em regiões como a Paraíba, caracterizada por históricas disparidades sociais e econômicas. A educação é uma ferramenta central nesse processo, capaz de ampliar o acesso a oportunidades, elevar a qualificação da força de trabalho e gerar crescimento econômico sustentável. Azevedo (2024) argumenta que a melhoria na qualidade e no acesso à educação pública superior têm efeitos positivos sobre o crescimento econômico, ao desenvolver habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho e estimular a inovação local.

O vínculo entre educação de qualidade e crescimento econômico é consolidado na literatura de Linhares e Messenberg (2020), que ressaltam a importância de instituições fortes e de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do capital humano como condição para o aumento da produtividade e do PIB de uma região. No contexto paraibano, o investimento em educação é também uma estratégia para reduzir desigualdades estruturais, promover a inclusão social e criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e à economia do conhecimento.

Além disso, Nascimento *et al.* (2024) evidenciam que a gestão eficiente dos recursos investidos em educação impacta diretamente na produtividade da força de trabalho, contribuindo para um ciclo virtuoso de crescimento econômico. Assim, o investimento em capital humano se configura como uma condição para a mobilidade social e para o desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões com forte tradição de desigualdades históricas, como a Paraíba.

2.4 Inter-relações entre cotas, dinastias e investimento em capital humano

A interação entre a política de cotas de gênero, a presença de estruturas de dinastia e o investimento em capital humano revela o caráter multifacetado das desigualdades de oportunidades na política e na economia. A literatura indica que a reprodução de dinastias reforça estruturas de poder que tendem a direcionar recursos e oportunidades para um grupo restrito, muitas vezes impedindo a emergência de lideranças femininas independentes (LINHARES; MESSENBURG, 2020; ALMEIDA, 2022). Essa concentração de poder, por sua vez, limita a circulação de recursos

destinados ao desenvolvimento humano e à inclusão social, perpetuando desigualdades estruturais.

Por outro lado, políticas de investimento em educação objetiva justamente ampliar o acesso a oportunidades de desenvolvimento, favorecendo uma maior participação política de grupos marginalizados, incluindo mulheres. No entanto, sem o enfrentamento das estruturas de poder tradicionais e dinásticas, tais políticas apresentam impacto limitado na transformação efetiva do cenário de representação de gênero. Assim, é fundamental que as ações de política pública adotem abordagem integrada, que considere o fortalecimento da educação, o combate às heranças familiares de poder e a efetivação de ações afirmativas na representação política, de modo a promover uma sociedade mais equitativa e democrática (PEIXOTO *et al.*, 2022; SACHETT, 2020).

Portanto, a análise da legislação de cotas, das dinastias políticas e dos investimentos em capital humano revela uma complexa rede de fatores que influenciam a democratização do poder e o desenvolvimento econômico na Paraíba. O fortalecimento de políticas de inclusão deve estar aliado a uma transformação institucional profunda, voltada para a redução das desigualdades estruturais e a promoção de uma maior diversidade de lideranças. Assim, um esforço conjunto entre os avanços legislativos, a ampliação do acesso à educação de qualidade e a luta contra as dinastias familiares é essencial para promover mudanças efetivas na representação política e no crescimento regional.

3 METODOLOGIA

3.1 Introdução metodológica

O presente estudo adota um método que combina análise descritiva e abordagem quantitativa, que incluem estratégias comparativas entre diferentes grupos de municípios em consonância com o problema de pesquisa e os objetivos propostos.

A pesquisa descritiva baseia-se na análise dos dados eleitorais das eleições estaduais e municipais da Paraíba de 2006 a 2022, permitindo observar a evolução da participação feminina, o número de candidaturas, o sucesso eleitoral e a incidência de vínculos dinásticos. Essa etapa fornece uma visão panorâmica do comportamento

político, destacando variações ao longo do tempo e diferenças entre categorias de municípios.

A abordagem quantitativa, por sua vez, foi estruturada a partir da construção de dois indicadores originais: o Índice Dinástico de Gênero (IDG), que mensura a presença de dinastias políticas no sucesso eleitoral feminino das eleições estaduais e municipais da Paraíba de 2006 a 2022, e o Índice de Comprometimento com a Educação (ICE), elaborado a partir dos percentuais de aplicação das receitas de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), considerando o mínimo constitucional de 25% exigido para estados, Distrito Federal e municípios. Neste estudo, o ICE é utilizado como variável de análise para testar um possível efeito de longo prazo, servindo como indicador indireto de investimento em capital humano.

É importante ressaltar que os padrões de aplicação de receitas em MDE podem ser influenciados por fatores macroeconômicos, como oscilações de arrecadação decorrentes do ciclo econômico. Assim, embora o foco da análise recaia sobre o comportamento político institucional dos governantes e a presença de vínculos dinásticos, reconhece-se que as flutuações fiscais típicas de períodos de expansão ou retração econômica também condicionam a composição do gasto público municipal. Desse modo, a interpretação dos resultados considera essas variações de contexto, sem, contudo, constituir objeto direto de mensuração neste estudo.

A integração dessas duas dimensões metodológicas permite avançar da descrição dos resultados eleitorais para uma interpretação comparativa mais ampla, alinhada às hipóteses do estudo: verificar em que medida a maior presença feminina, quando associada a dinastias políticas, está relacionada a diferentes padrões de investimento em educação.

3.2 Delimitação do período

O estudo abrange o período de cinco eleições gerais estaduais (2006, 2010, 2014, 2018 e 2022) e quatro eleições municipais (2008, 2012, 2016 e 2020). Essa delimitação permite a análise comparativa dos resultados eleitorais antes e após a implementação da Lei nº 12.034/2009, que consolidou a obrigatoriedade de reserva mínima de 30% de candidaturas femininas. O intervalo temporal possibilita a

observação da evolução da participação feminina na política e da permanência ou mudanças na presença de dinastias políticas ao longo do tempo.

3.3 Critérios de seleção da amostra

A amostra foi construída a partir de critérios estratificados, organizados em quatro polos que buscam garantir representatividade e diversidade regional, política e econômica.

O Polo 1, de alta renda e grande porte, é composto por João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Sousa, que concentram pouco mais de um terço da população estadual estimada para 2025 e se destacam pelo dinamismo econômico e eleitoral.

O Polo 2, caracterizado pela dominância política e influência regional, reúne os municípios de Guarabira, Catolé do Rocha, Araruna e Patos, selecionados em razão da recorrência histórica de famílias políticas que exercem controle sobre o poder local há pelo menos duas décadas.

O Polo 3, engloba os municípios que sediam campi universitários, como Pombal, Princesa Isabel, Cajazeiras, Mamanguape e Monteiro, cuja escolha decorreu da presença de instituições de ensino superior capazes de influenciar o perfil político e social local.

Polo 4, compreende municípios de pequeno porte e baixa diversificação econômica, representado por Boa Vista, Caiçara e Maturéia, caracterizados por baixa densidade populacional e receitas fiscais reduzidas, representando contextos periféricos da realidade estadual.

No conjunto, os 16 municípios selecionados ocupam pouco mais de 7,5 mil km², o que corresponde a cerca de um oitavo do território paraibano, mas reúnem aproximadamente dois milhões de habitantes, ou seja, quase metade da população projetada para o estado em 2025. Esse contraste revela que, embora espacialmente limitada, a amostra concentra grande parte da população paraibana, reforçando sua relevância analítica e a adequação da estratégia de estratificação adotada para os propósitos desta investigação.

3.4 Fontes de dados

As fontes oficiais utilizadas neste estudo incluem dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que disponibiliza informações sobre candidaturas, gênero, resultados eleitorais e vínculos partidários; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do qual foram coletados dados populacionais e indicadores socioeconômicos dos municípios paraibanos; e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que fornece os percentuais de aplicação de recursos públicos em educação, considerados como medida do investimento em capital humano.

As fontes secundárias foram constituídas por artigos científicos publicados em periódicos indexados na base Scielo, bem como por obras clássicas de referência na literatura econômica, como Becker (1993) e Lucas (1988).

A interpretação dos resultados foi complementada por uma revisão de literatura acadêmica sobre dinastias políticas, capital humano e políticas de gênero.

3.5 Construção dos indicadores

O IDG foi criado com o objetivo de quantificar a presença de mulheres eleitas vinculadas a elites tradicionais e famílias com histórico político. Sua construção se baseou na coleta de dados das eleições gerais estaduais de 2006 a 2022 e municipais de 2008 a 2020. Para a mensuração, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{IDG} = \frac{\text{Número de mulheres eleitas com vínculo dinástico}}{\text{Número total de mulheres eleitas}} \times 100$$

A identificação das mulheres com vínculos dinásticos foi realizada por meio de uma análise individualizada dos resultados eleitorais em cada município da amostra, utilizando como critério inicial o sobrenome das candidatas eleitas, associado às referências teóricas adotadas neste estudo. Esse procedimento permitiu mapear a presença de linhagens familiares no exercício da representação política, com destaque para as famílias Maranhão, Motta, Ribeiro, Gouveia, Vital do Rêgo, Toscano, Paulino, Lacerda, Maia e Ludgério, conforme apresentado nos quadros a seguir.

Quadro 1 – Resultado das eleições Estaduais (2006-2022)

Ano	Unidade eleitoral	Candidata eleita
2006	Paraíba	Francisca Gomes Araújo Motta Olenka Targino Maranhão Pedrosa
2010	Paraíba	Daniella Veloso Borges Ribeiro Eva Eliana Ramos Gouveia Francisca Gomes Araújo Motta Ozanilda Godim Vital do Rêgo Olenka Targino Maranhão Pedrosa
2014	Paraíba	Camila Araújo Toscano de Moraes Daniella Veloso Borges Ribeiro Ozanilda Godim Vital do Rêgo
2018	Paraíba	Camila Araújo Toscano de Moraes Daniella Veloso Borges Ribeiro
2022	Paraíba	Camila Araújo Toscano de Moraes Francisca Gomes Araújo Motta

Fonte: Dados do estudo, 2025.

Quadro 2 – Resultado das eleições municipais (2008-2020)

Ano	Unidade eleitoral	Candidata eleita
2008	João pessoa Campina Grande Guarabira Araruna Catolé do Rocha	Raíssa Lacerda Rodrigues de Aquino Daniella Veloso Borges Ribeiro Maria de Fátima Aquino Paulino Wilma Targino Maranhão Gláucia Mariz Maia
2012	João pessoa Patos Guarabira Araruna Catolé do Rocha	Raíssa Lacerda Rodrigues de Aquino Francisca Gomes Araújo Motta Michele Adriane Paulino Pereira Aguiar Wilma Targino Maranhão Paulianna de Assis Maia
2016	João pessoa Guarabira Catolé do Rocha	Raíssa Lacerda Rodrigues de Aquino Michele Adriane Paulino Pereira Aguiar Paulianna de Assis Maia
2020	Campina Grande Catolé do Rocha	Ivonete Adriane Almeida de Andrade Ludgério Paulianna de Assis Maia

Fonte: Dados do estudo, 2025.

A criação do Índice Dinástico de Gênero (IDG) justifica-se pela ausência de indicadores consolidados que mensurem a relação entre a participação feminina na

política e a vinculação a dinastias familiares. Além disso, sua construção fornece a variável necessária para, em conjunto com o Índice de Comprometimento com a Educação (ICE), analisar se a representação feminina de caráter dinástico guarda relação com distintos padrões de aplicação de receitas em educação (MDE), conforme formulado na segunda hipótese do estudo.

O IDG apresenta a vantagem de facilidade de interpretação ao transformar uma informação qualitativa, presença ou ausência de vínculo dinástico, em um dado percentual de fácil compreensão. Por exemplo, um IDG de 50% significa que metade das mulheres eleitas pertencem a famílias políticas tradicionais. Além disso, permite analisar a influência das dinastias políticas sobre a representatividade feminina ao longo do período de 2006 a 2022 e comparar padrões entre os municípios da amostra.

O IDG tem como limitação principal a dificuldade de identificar de forma absolutamente precisa os vínculos dinásticos, já que nem sempre os registros de parentesco estão documentados de maneira oficial. Além disso, o índice reduz a complexidade política a uma variável binária, não captando nuances da influência familiar como o grau de parentesco, a força da família no cenário político ou os recursos de campanha. Como o IDG foi aplicado a uma amostra de 16 municípios paraibanos, selecionados de forma estratificada para contemplar diferentes contextos políticos e socioeconômicos, seus resultados devem ser entendidos como ilustrativos de padrões relevantes, e não como generalizações automáticas para todo o estado.

Portanto, a criação do indicador visa identificar se a presença de mulheres em cargos eletivos resulta somente de avanços em termos de equidade ou está associada a perpetuação das dinastias, contribuindo para uma análise precisa das estruturas de poder.

Quanto ao índice de Comprometimento com Educação (ICE), foi criado para medir o esforço dos municípios em aplicação de receitas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), além do mínimo constitucional legal de 25% da receita. Para testar um possível efeito de longo prazo, o ICE é utilizado como variável de análise, servindo como indicador indireto de investimento em capital humano. Os dados anuais de MDE foram obtidos diretamente do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Devido à natureza bienal das eleições municipais (2008, 2012, 2016, 2020) e à ausência de dados estaduais no sistema SIOPE, o ICE foi aplicado exclusivamente

aos municípios. Para harmonizar os dados anuais do MDE com o ciclo eleitoral, a média bienal dos percentuais de investimento foi calculada para cada período eleitoral. A fórmula para a construção do ICE foi a seguinte:

$$\text{ICE} = \text{Média bienal do percentual de MDE} - 25\% \text{ constitucional}$$

A interpretação dos resultados do ICE permite categorizar o nível de comprometimento dos Municípios com a educação da seguinte forma: se o ICE for maior que zero, significa que o município aplicou receitas em MDE acima do mínimo constitucional de 25% sugerindo maior comprometimento com educação; se o ICE for igual a zero, significa que o município aplicou exatamente o mínimo constitucional de 25% das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE; caso o ICE for negativo, significa aplicação abaixo do mínimo, sugerindo fragilidade institucional.

3.6 Procedimentos de análise

A análise foi conduzida de forma a atender aos objetivos e hipóteses delineados no estudo. Inicialmente, os dados eleitorais foram organizados em tabelas-síntese, separando eleições estaduais (2006, 2010, 2014, 2018 e 2022) e municipais (2008, 2012, 2016 e 2020), a fim de identificar a evolução do número de candidaturas femininas, do sucesso eleitoral e da presença de vínculos dinásticos ao longo do período. Essa etapa descritiva possibilitou mensurar a proporcionalidade do crescimento das candidaturas e o sucesso eleitoral feminino, conforme formulado na primeira hipótese. Para reforçar a justificativa metodológica, apresenta-se o Quadro 3, que sistematiza as variáveis utilizadas na análise.

A inclusão desse quadro confere maior rigor, clareza e transparência ao estudo, ao explicitar os instrumentos de mensuração empregados na construção dos índices IDG e ICE, bem como as variáveis descritivas complementares consideradas na investigação.

Esses instrumentos permitem identificar padrões de comportamento fiscal e político entre os municípios paraibanos, reconhecendo, contudo, que os efeitos de longo prazo decorrentes do investimento educacional não são objeto de mensuração direta neste estudo.

Quadro 3 - Resumo das Variáveis de Análise

Variável	Tipo	Descrição Breve	Uso na Análise
Candidatas Femininas	Quantitativa	Total de mulheres que se candidataram.	Mede a participação feminina na política.
Mulheres Eleitas	Quantitativa	Total de mulheres que foram eleitas.	Avalia o sucesso eleitoral feminino.
Taxa de Sucesso Eleitoral (%)	Percentual	Proporção de eleitas em relação às candidatas.	Indica a eficiência das candidaturas femininas.
Vínculo Dinástico	Binária	Identifica se a eleita tem parentes na política.	Usada para compor o Índice Dinástico.
IDG (Índice Dinástico de Gênero)	Percentual	Proporção de eleitas com vínculo dinástico.	Mede a influência de famílias políticas na representação feminina.
ICE (Índice de Comprometimento com a Educação)	Quantitativo	Média do investimento municipal em educação.	Avalia o compromisso dos municípios com a educação.
Investimento em Educação (MDE)	Percentual	Média do percentual investido em educação.	Analisa a relação entre investimento e participação feminina.

Fonte: Dados do estudo, 2025.

Na sequência, procedeu-se ao cálculo do Índice Dinástico de Gênero (IDG), que expressa a proporção de mulheres eleitas vinculadas a famílias políticas tradicionais, transformando uma informação qualitativa da existência ou não de vínculo dinástico, em uma medida percentual de fácil interpretação. Esse indicador permitiu verificar se a expansão da participação feminina esteve associada à reprodução de estruturas familiares de poder, em linha com o problema de pesquisa.

O Índice de Comprometimento com a Educação (ICE) foi criado com a finalidade de testar a segunda hipótese do estudo, segundo a qual municípios paraibanos com representação feminina vinculada a dinastias políticas tenderiam a apresentar menor esforço na aplicação de receitas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) em comparação àquelas cujas representantes não possuem vínculos dinásticos. O indicador permite mensurar o comportamento municipal no campo educacional e verificar se padrões diferenciados de investimento se associam à atuação política de mulheres vinculadas a linhagens familiares consolidadas.

Por fim, realizou-se uma análise comparativa entre diferentes grupos de municípios da amostra estratificada, composta por grandes centros urbanos,

municípios com dominância familiar, municípios que sediam campi universitários e municípios de pequeno porte. Esse procedimento permitiu confrontar padrões de participação feminina, influência dinástica e níveis de aplicação de receitas em educação (MDE) em contextos socioeconômicos distintos, oferecendo evidências para avaliar em que medida os resultados eleitorais e o investimento em capital humano convergem com as hipóteses formuladas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados eleitorais na Paraíba no período de 2006 a 2022 indica um cenário de avanços limitados. A expansão da participação feminina na política, impulsionada pela Lei 12.034/2009, é inegável em termos quantitativos, mas sua conversão em sucesso eleitoral permanece restrita. O aumento expressivo no número de candidatas não se refletiu em ganhos proporcionais de cadeiras nos parlamentos estadual e municipal.

Além disso, a presença de vínculos dinásticos entre as candidatas eleitas sugere que as estruturas de poder tradicionais continuam a dominar o cenário político, limitando a renovação e a diversificação de lideranças. Como observa Vasconcelos (2018, p. 2), “65% das deputadas federais da 55ª legislatura possuíam pai, cônjuge ou outro parente em cargo eletivo”, evidência que também se manifesta no caso paraibano. Essa constatação sugere que a presença feminina no espaço político, embora ampliada numericamente, ainda se mostra fortemente influenciada por dinastias políticas. A Tabela 1 sintetiza esses elementos, apresentando uma análise das eleições estaduais na Paraíba ao longo de cinco ciclos eleitorais, de 2006 a 2022. Ela fornece indicadores que permitem compreender três dimensões fundamentais: evolução das candidaturas; taxa de sucesso eleitoral e peso das dinastias no resultado dos pleitos.

De acordo com os dados da tabela, a participação feminina nas eleições estaduais da Paraíba de 2006 a 2022 mostra um cenário de contrastes. Houve crescimento expressivo no número de candidaturas femininas, que saltou de 31 em 2006 para 257 em 2022.

Apesar do aumento no número de candidaturas femininas, a taxa de sucesso eleitoral diminuiu, passando de 12,90% em 2006 para 2,33% em 2022.

Esse padrão sugere que, embora mais mulheres disputem cargos eletivos, suas chances de êxito permanecem reduzidas. Segundo Grossi e Miguel, “o aumento crescente da quantidade de candidatas femininas não é acompanhado pela proporção de mulheres eleitas, havendo até mesmo certa estabilidade, em especial nas duas últimas eleições” (GROSSI; MIGUEL, 2015, p. 724)

A análise revela ainda que o vínculo dinástico tem um papel relevante no sucesso das candidatas. Em diversos anos, mulheres eleitas possuíam laços familiares com a política. O pico foi em 2014, quando três das quatro mulheres eleitas (75%) tinham esse tipo de conexão.

A análise das eleições gerais estaduais na Paraíba de 2006 a 2022 aponta que a Lei nº 12.034/2009, ao consolidar a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas, impulsionou o crescimento do número de mulheres candidatas aos cargos eletivos. No entanto, esse avanço quantitativo não resultou em ganhos proporcionais de representatividade no ambiente político.

Tabela 1 - Tabela-síntese das eleições gerais estaduais, Paraíba (2006-2022)

Ano da eleição	Tipo (municipal/estadual)	Nº candidaturas femininas	Nº eleitas	% taxa de sucesso eleitoral	Nº Eleitas com vínculo dinástico	IDG
2006	estadual	31	4	12,90%	2	50,00%
2010	estadual	101	7	6,93%	5	71,43%
2014	estadual	186	4	2,15%	3	75,00%
2018	estadual	199	10	5,03%	2	20,00%
2022	estadual	257	6	2,33%	2	33,33%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE,2024); Elaboração própria.

A tabela 2 a seguir, apresenta os resultados das eleições Municipais da Paraíba durante o período de 2008 a 2020 referente aos 16 municípios da amostra. Os dados reúnem informações sobre a participação feminina e a presença de vínculos dinásticos, além de incorporarem o Índice de Comprometimento com a Educação (ICE), o que possibilita relacionar o desempenho eleitoral e a influência das dinastias ao nível de aplicação de receitas em MDE, considerados aqui como medida de investimento em capital humano.

Observa-se nas eleições municipais o mesmo padrão identificado nas eleições estaduais. Os dados indicam que a Lei contribuiu para ampliar candidaturas, mas não se configurou em uma maior taxa de sucesso eleitoral.

Verifica-se ainda a presença de vínculos dinásticos entre parte das candidatas eleitas. Esse aspecto indica que, mesmo no nível municipal, a reprodução das elites políticas continua sendo uma característica marcante do processo eleitoral na Paraíba, restringindo a renovação e a diversidade de lideranças como aponta a literatura.

No que se refere ao Índice de Comprometimento com a Educação (ICE), os dados da Tabela 2 revelam um quadro heterogêneo entre os municípios paraibanos no período de 2008 a 2020.

O ICE não apontou uma relação direta e uniforme com o sucesso eleitoral das mulheres ou com a presença de dinastias políticas, apesar de fornecer informações relevantes sobre o comprometimento dos municípios com a educação no período analisado. Os efeitos de longo prazo na composição do período estudado ainda não foram observados, o que reforça o caráter exploratório do uso do ICE como variável indireta de investimento em capital humano.

Em alguns casos, observa-se esforço mais expressivo de aplicação de receitas como nos municípios de Araruna em 2008 com ICE de 9,84 e Santa Rita em 2020 com ICE de 8,89 indicando que esses municípios aplicaram receitas em MDE acima do mínimo constitucional de 25% sugerindo maior comprometimento com educação. Por outro lado, há municípios que apresentaram índices baixos ou até negativos, como João Pessoa em 2020 com ICE negativo de -1,27 e Maturéia em 2016 com ICE de 0,24. Essa heterogeneidade sugere fragilidades na consolidação de uma estratégia consistente de desenvolvimento de longo prazo baseada na educação.

É importante destacar que os dados descritos não sugeriram associação evidente entre o ICE e o IDG. Isso demonstra que as aplicações de receitas em educação, ainda que fundamentais para a formação de capital humano e para o desenvolvimento de longo prazo, não se traduziu em efeitos imediatos sobre a dinâmica eleitoral.

Isso pode ser explicado, em parte, pela natureza distinta das variáveis, ou seja, enquanto o ICE reflete políticas públicas de longo prazo, os resultados eleitorais são condicionados por fatores conjunturais e imediatos, como alianças partidárias, clientelismo e vínculos familiares.

As eleições municipais e estaduais continuam fortemente condicionadas por fatores conjunturais e estruturais, como alianças partidárias, práticas clientelistas e a influência de famílias políticas tradicionais. Assim, o estudo evidencia que a promoção

da igualdade de gênero e a superação das dinastias políticas exigem, além do fortalecimento das políticas de educação, mudanças institucionais e culturais capazes de transformar as bases do processo político.

Tabela 2 - Tabela-síntese das eleições municipais, Paraíba (2008-2020)

Ano da eleição	Município	Tipo eleição	Nº candidaturas femininas	Nº eleitas	% taxa de sucesso eleitoral	Nº eleitas com vínculo dinástico	IDG	ICE
2008	João Pessoa	municipal	63	3	4,76%	1	33%	5,34
2008	Campina Grande	municipal	53	2	3,77%	1	50%	1,53
2008	Santa Rita	municipal	21	0	0,00%	0	0%	1,56
2008	Sousa	municipal	15	0	0,00%	0	0%	3,04
2008	Guarabira	municipal	25	1	4,00%	1	100%	0,42
2008	Catolé do Rocha	municipal	4	1	25,00%	1	100%	3,40
2008	Araruna	municipal	9	3	33,33%	1	33%	9,84
2008	Patos	municipal	30	2	6,67%	0	0%	0,58
2008	Pombal	municipal	8	1	12,50%	0	0%	1,05
2008	Princesa Isabel	municipal	5	0	0,00%	0	0%	5,20
2008	Cajazeiras	municipal	11	1	9,09%	0	0%	5,35
2008	Mamanguape	municipal	24	2	8,33%	0	0%	0,26
2008	Monteiro	municipal	13	2	15,38%	0	0%	1,33
2008	Boa Vista	municipal	1	0	0,00%	0	0%	4,34
2008	Caiçara	municipal	7	4	57,14%	0	0%	0,54
2008	Maturéia	municipal	7	1	14,29%	0	0%	2,97
2012	João Pessoa	municipal	199	2	1,01%	1	50%	4,30
2012	Campina Grande	municipal	132	0	0,00%	0	0%	2,68
2012	Santa Rita	municipal	75	4	5,33%	0	0%	3,71
2012	Sousa	municipal	28	0	0,00%	0	0%	5,97
2012	Guarabira	municipal	36	2	5,56%	1	50%	0,57
2012	Catolé do Rocha	municipal	11	1	9,09%	1	100%	5,38
2012	Araruna	municipal	16	3	18,75%	1	33%	6,03
2012	Patos	municipal	57	5	8,77%	1	20%	2,46
2012	Pombal	municipal	22	3	13,64%	0	0%	1,41
2012	Princesa Isabel	municipal	17	2	11,76%	0	0%	4,26
2012	Cajazeiras	municipal	35	2	5,71%	0	0%	5,54
2012	Mamanguape	municipal	38	3	7,89%	0	0%	6,05
2012	Monteiro	municipal	20	3	15,00%	0	0%	9,17
2012	Boa Vista	municipal	17	0	0,00%	0	0%	6,38
2012	Caiçara	municipal	10	3	30,00%	0	0%	4,56
2012	Maturéia	municipal	11	0	0,00%	0	0%	1,12
2016	João Pessoa	municipal	165	3	1,82%	1	33%	4,00
2016	Campina Grande	municipal	131	1	0,76%	1	100%	3,27
2016	Santa Rita	municipal	104	3	2,88%	0	0%	3,61
2016	Sousa	municipal	45	1	2,22%	0	0%	1,76
2016	Guarabira	municipal	33	2	6,06%	1	50%	3,25

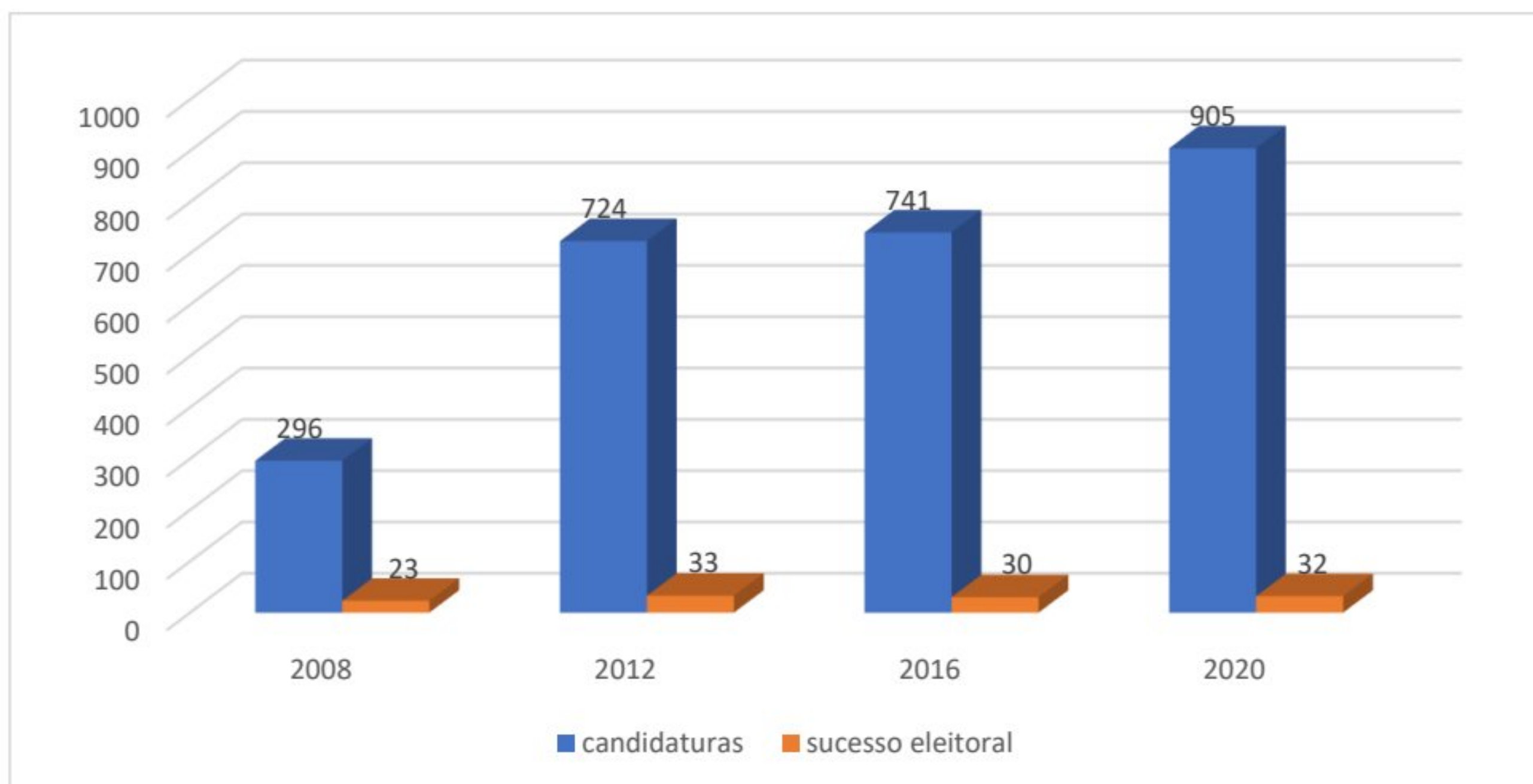
Continuação

2016	Catolé do Rocha	municipal	15	1	6,67%	1	100%	1,46
2016	Araruna	municipal	11	1	9,09%	0	0%	0,91
2016	Patos	municipal	68	5	7,35%	0	0%	1,61
2016	Pombal	municipal	18	2	11,11%	0	0%	0,98
2016	Princesa Isabel	municipal	17	3	17,65%	0	0%	1,43
2016	Cajazeiras	municipal	34	1	2,94%	0	0%	3,63
2016	Mamanguape	municipal	37	3	8,11%	0	0%	4,26
2016	Monteiro	municipal	28	2	7,14%	0	0%	2,14
2016	Boa Vista	municipal	13	0	0,00%	0	0%	6,16
2016	Caiçara	municipal	9	2	22,22%	0	0%	4,60
2016	Maturéia	municipal	13	0	0,00%	0	0%	0,24
2020	João Pessoa	municipal	219	1	0,46%	0	0%	-1,27
2020	Campina Grande	municipal	166	7	4,22%	1	14%	1,30
2020	Santa Rita	municipal	123	2	1,63%	0	0%	8,89
2020	Sousa	municipal	54	2	3,70%	0	0%	0,39
2020	Guarabira	municipal	40	2	5,00%	0	0%	4,35
2020	Catolé do Rocha	municipal	16	1	6,25%	1	100%	1,50
2020	Araruna	municipal	16	0	0,00%	0	0%	5,61
2020	Patos	municipal	100	3	3,00%	0	0%	5,02
2020	Pombal	municipal	19	2	10,53%	0	0%	2,42
2020	Princesa Isabel	municipal	15	3	20,00%	0	0%	3,49
2020	Cajazeiras	municipal	39	3	7,69%	0	0%	5,44
2020	Mamanguape	municipal	26	3	11,54%	0	0%	3,91
2020	Monteiro	municipal	37	3	8,11%	0	0%	2,63
2020	Boa Vista	municipal	15	0	0,00%	0	0%	3,82
2020	Caiçara	municipal	12	0	0,00%	0	0%	5,27
2020	Maturéia	municipal	8	0	0,00%	0	0%	2,96

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2024); FDNE/SIOPE (2006-2022); IBGE (2025); Elaboração própria.

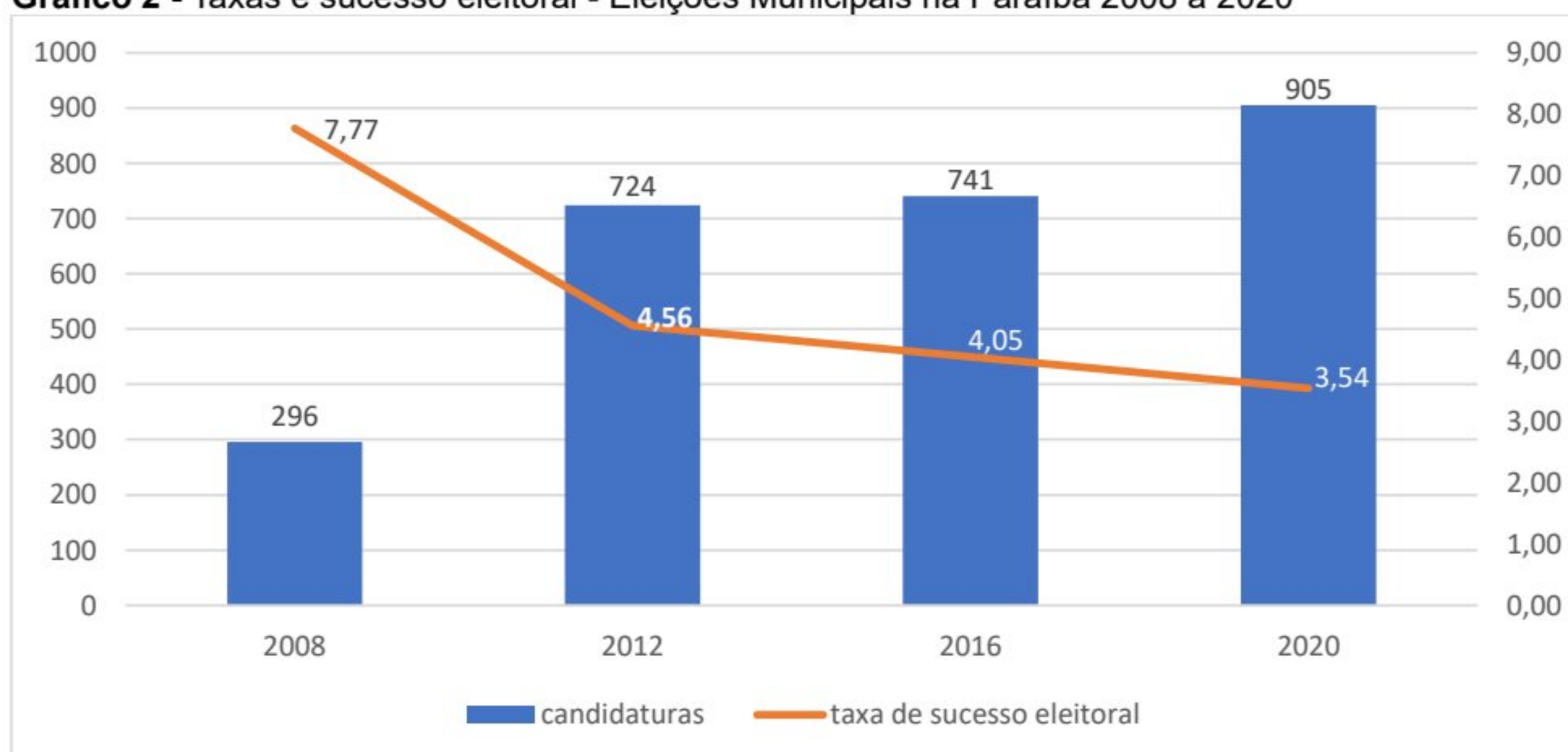
O Gráfico 1 apresenta a evolução da participação feminina nas eleições municipais da Paraíba de 2008 a 2020, revelando um aumento expressivo no número de candidaturas. Em 2008, foram registradas 296 candidaturas femininas, enquanto que, em 2020 esse número saltou para 905 candidaturas, representando uma variação superior a 200% em doze anos.

Esse crescimento sugere os efeitos da legislação de cota de gênero, que obrigou os partidos a reservar no mínimo 30% de suas candidaturas para mulheres. A ampliação do número de candidaturas indica uma tendência de maior inclusão formal, entretanto, não resultou em maior taxa de sucesso. Assim, a evolução observada entre 2008 e 2020 aponta para uma sociedade que dá passos relevantes rumo à equidade de gênero, mas que ainda enfrenta desafios estruturais para transformar esse maior engajamento em representatividade nos espaços de decisão.

Gráfico 1 - Participação feminina nas eleições Municipais na Paraíba de 2008 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

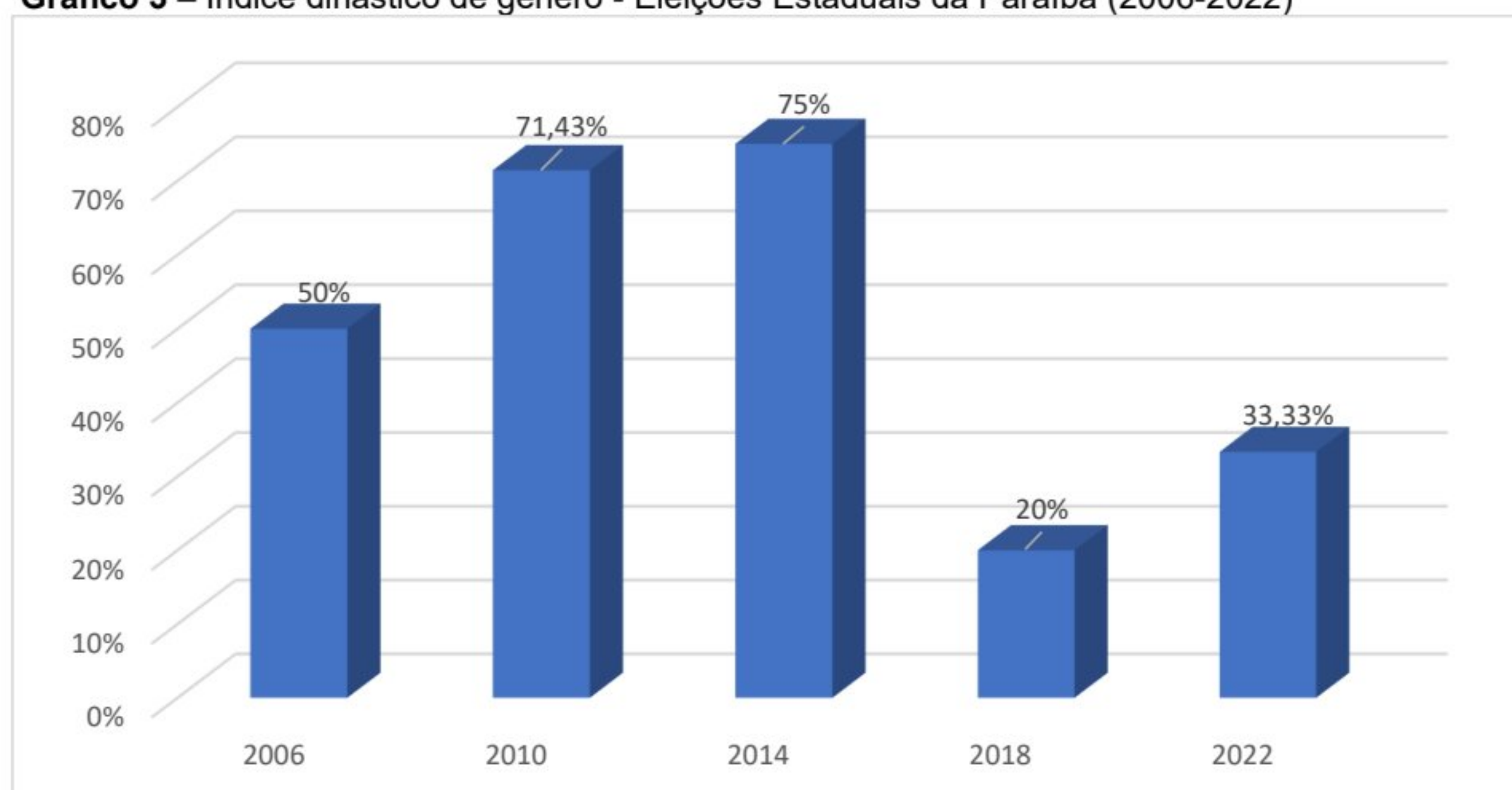
O Gráfico 2 sintetiza a evolução da taxa de sucesso eleitoral das mulheres nas eleições municipais da Paraíba entre 2008 e 2020. Os dados apontam redução significativa, passando de 7,43% em 2008 para 3,54% em 2020, mesmo diante do expressivo aumento no número de candidaturas. Essa queda confirma o descompasso proporcional entre o crescimento quantitativo da participação feminina e sua conversão em mandatos, reforçando os limites estruturais já apontados na análise anterior.

Gráfico 2 - Taxas e sucesso eleitoral - Eleições Municipais na Paraíba 2008 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

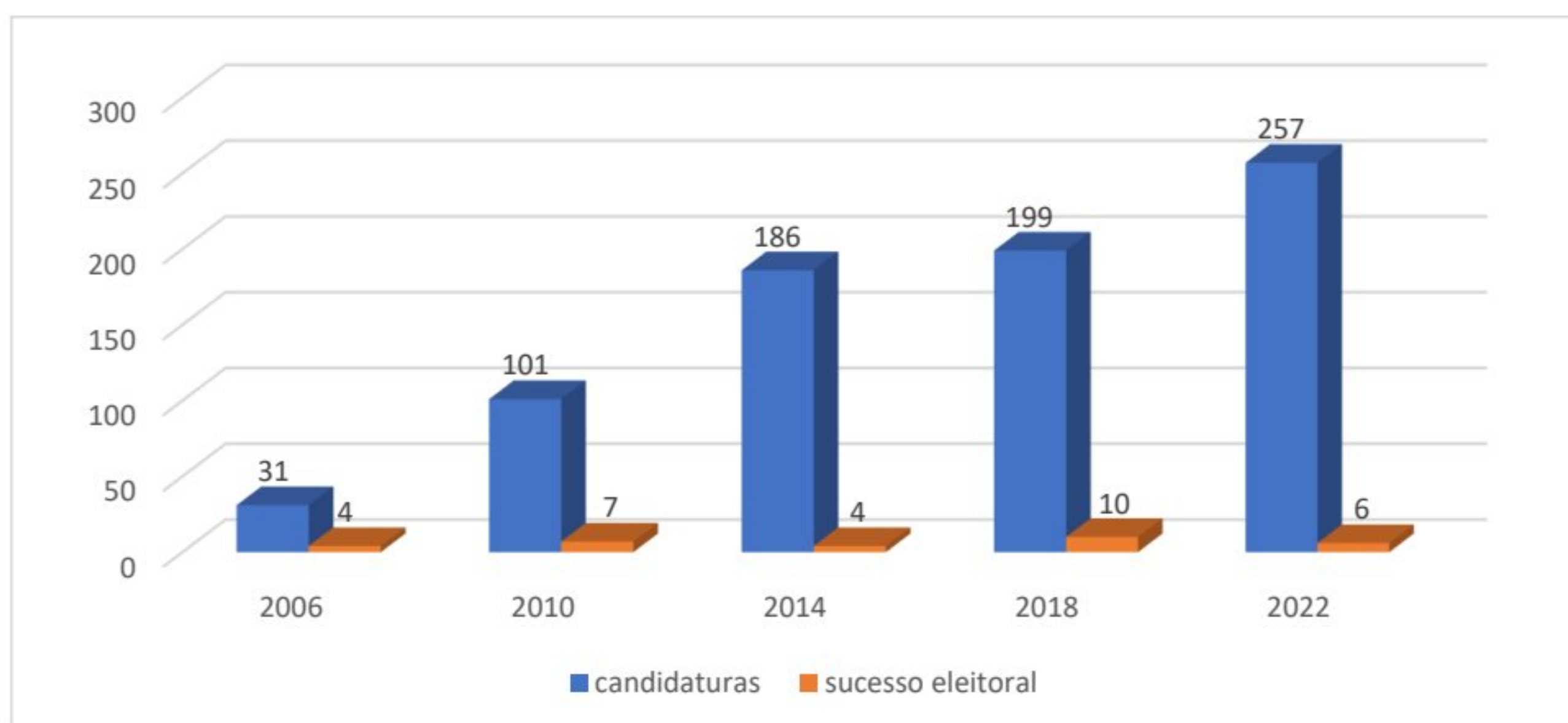
O Gráfico 3 indica que a presença das dinastias políticas nos resultados das eleições estaduais da Paraíba, no período de 2006 a 2022, permanece significativa, revelando a continuidade de estruturas familiares no sucesso eleitoral feminino. Os dados apontam que, em anos como 2010 e 2014, mais de 70% das mulheres eleitas mantinham vínculos com famílias políticas tradicionais, o que confirma que a entrada feminina no cenário eleitoral esteve, em grande medida, condicionada ao capital político herdado dessas estruturas familiares. Embora em 2018 e 2022 esses percentuais tenham caído para 20% e 33,3%, respectivamente, a presença de vínculos familiares ainda representa um entrave à renovação e à autonomia das lideranças femininas, sugerindo que o avanço quantitativo das candidaturas não se traduz, necessariamente, em independência política.

Gráfico 3 – Índice dinástico de gênero - Eleições Estaduais da Paraíba (2006-2022)



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Gráfico 4 demonstra que, nas eleições estaduais da Paraíba de 2006 a 2022, houve aumento no número de candidaturas femininas, mas, assim como observado no cenário municipal, esse crescimento foi acompanhado de queda na taxa de sucesso eleitoral ao longo do período. Em 2006, 31 mulheres concorreram, com taxa de sucesso de 12,90%, enquanto em 2022, apesar de 257 candidaturas, apenas 2,33% foram eleitas. Esse padrão sugere que o crescimento quantitativo da participação feminina não se traduziu em ganhos proporcionais de representação.

Gráfico 4 - Participação feminina nas eleições Estaduais na Paraíba de 2006 a 2022

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em síntese, a análise dos dados das eleições estaduais e municipais da Paraíba, no período de 2006 a 2022, indica que o crescimento expressivo do número de candidaturas femininas, impulsionado pela Lei nº 12.034/2009, não se traduziu em ganhos proporcionais nas taxas de sucesso eleitoral, além de revelar elevados valores do IDG. Tal evidência reforça a primeira hipótese deste estudo.

A segunda hipótese do estudo não pôde ser confirmada, uma vez que a análise não identificou evidências de associação direta entre o Índice Dinástico de Gênero (IDG) e o Índice de Comprometimento com a Educação (ICE). Os resultados revelaram comportamento heterogêneo dos municípios no que se refere à aplicação de receitas em MDE, sem relação consistente com a presença de dinastias políticas ou com o desempenho eleitoral feminino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a aplicação da Lei nº 12.034/2009 na ampliação da representatividade feminina na política paraibana, entre 2006 e 2022, investigando se essa participação esteve associada a dinastias políticas e examinando sua possível relação com o investimento em capital humano. A pesquisa partiu da formulação de duas hipóteses: a primeira, que a obrigatoriedade de cotas de gênero ampliou o número de candidaturas femininas sem produzir crescimento proporcional no sucesso eleitoral, permanecendo, em parte, como estratégia de cumprimento formal da norma; e a segunda, que municípios com

representantes femininas vinculadas a dinastias políticas tenderiam a apresentar menor aplicação de receitas em educação (MDE), considerando as variações fiscais associadas aos ciclos econômicos, em comparação com aqueles em que as representantes femininas não possuem vínculos dinásticos.

Os resultados apontaram que a Lei 12.034/2009 contribuiu para aumentar numericamente as candidaturas femininas, mas esse crescimento não se configurou em maior taxa de sucesso eleitoral. O Índice Dinástico de Gênero (IDG) mostrou que parte expressiva das mulheres eleitas manteve vínculos familiares, o que corrobora a hipótese de que a participação feminina esteve associada à reprodução de estruturas tradicionais de poder, limitando o potencial renovador da legislação. Por outro lado, a análise do Índice de Comprometimento com a Educação (ICE) revelou heterogeneidade nos padrões de aplicação de receitas em MDE, sem evidências consistentes de associação com o desempenho eleitoral feminino ou com a presença de dinastias, o que não permitiu confirmar a segunda hipótese.

A ausência de correlação entre os índices IDG e ICE sugere que, embora o investimento em educação represente fator estratégico para a formação de capital humano e para o desenvolvimento econômico de longo prazo, seus efeitos não se manifestam de forma imediata sobre a dinâmica eleitoral. Esse achado evidencia a complexidade do fenômeno estudado e reforça a necessidade de abordagens que considerem, de forma integrada, dimensões institucionais, históricas e culturais.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o recorte amostral de 16 municípios, que, embora relevantes por concentrarem quase metade da população estadual, não permitem generalizações automáticas para toda a Paraíba. Ainda assim, a análise comparativa ofereceu evidências importantes sobre a persistência das elites familiares e sobre os limites das políticas de cotas quando não articuladas a outras medidas de fortalecimento da participação política feminina.

Conclui-se, portanto, que a Lei nº 12.034/2009 representou um avanço no sentido de ampliar a participação numérica de mulheres na política paraibana, mas não resultou em retornos proporcionais de sucesso eleitoral. Torna-se necessário articular as cotas de gênero a políticas complementares, como a destinação proporcional de recursos de campanha, incentivos à formação de novas lideranças e medidas de desconcentração do poder familiar.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise qualitativa das redes de influência política, investiguem o impacto de políticas afirmativas mais

amplas e examinem a aplicação dos investimentos em educação sobre a autonomia e a representatividade feminina. Tais esforços podem contribuir para o fortalecimento de uma democracia mais inclusiva e para a construção de bases sólidas de desenvolvimento econômico sustentável, tanto na Paraíba quanto em outras regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. R. de. A herança familiar na política partidária: narrativas de mulheres. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 8, n. 2, dez. 2022. Dossiê Famílias e Heranças Políticas. ISSN: 2447-5548.
- ARAÚJO, C. M. de O.; RODRIGUES, T. C. M. Judicialização da competição política e gênero: ação afirmativa nos Fundos Partidário e Eleitoral no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 40, p. e260812, 2023. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.40.260812. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/MzCWR/CjJFGwJpksnv7GxcnG/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19 set. 2025.
- AZEVEDO, F. J. F. de. *Ensino público superior e crescimento econômico: uma análise de painel para municípios da Paraíba*. Orientação: Carla Calixto da Silva. TCC (Graduação) - UFPB/CCSA. João Pessoa, 2024.
- BECKER, Gary S. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Chicago: *The University of Chicago Press*, 1993.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2996, de 2019. Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo, e acrescenta o art. 16-E, para dar destinação proporcional aos gastos de campanha com recursos do Fundo Partidário. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1750305&filename=Tramitacao-PL+2996/2019>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE. Brasília, 2002-. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope>>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2023). "Estatísticas de Eleitorado." Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- CAMPOS, L. F. Desigualdade de gênero na lei: recursos de campanha para mulheres na Minirreforma Eleitoral de 2015 e o julgamento da ADI 5617 no STF. In: MIGUEL, L. F. (org.). *Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 199-228.
- CAMPOS, L. F. et al. Competição política e desigualdades de gênero nas eleições para assembleias estaduais em 2018. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, p. 587-611, 2020.
- DIAZ, M. M. As cotas fazem diferença? Ações positivas no parlamento Belga. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 68-97, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Paraíba. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

LINHARES, P. de T.; MESSEMBERG, R. P. *Instituições e desenvolvimento no Brasil: diagnósticos e uma agenda de pesquisas para as políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. ISBN 978-65-5635-002-8.

LUCAS, Robert E. Jr. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MONTEIRO, José Marciano; FERREIRA, Rafael De Farias. A reprodução das famílias políticas e as dimensões da hereditariedade no estado da paraíba. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 195-212, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/nep/article/view/54331>>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOURA LEITE, Crislayne; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. A Participação da Mulher na Política Brasileira e a Efetividade das Cotas Partidárias. *Resenha Eleitoral*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 139–164, 2019. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v23i1.98. Disponível em: <<https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/98>>. Acesso em: 23 out. 2023

NASCIMENTO, E. S.; MARTINS, S. B.; JAMIL, J. Um olhar sobre a gestão de recursos na educação e o sucesso da economia brasileira. *Revista Scientia*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 104-126, set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13710618>. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia>>. Acesso em: 20 set. 2025.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 430-438, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p430>

PEIXOTO, V. de M.; MARQUES, L. M.; RIBEIRO, L.M. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 93–116, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.006>.

SACCHET, T. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: *Mulheres, poder e ciência política*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. v.1, p.75- 108.

SILVA, M. G. da; CHAVES, V.; BARBOSA, L. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-

2023). *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 95–124, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202338010004>.

SOUZA, J. B. dos R. de. *Dinastia política nordestina da câmara dos deputados. (55ª Legislatura 2015-2019)*. Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia (UnB). Trabalho de conclusão de curso (TCC). Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29496/1/2021_JoaoRobertoDosReisDeSouza_tcc.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. Eleições 2024: confira o perfil do eleitorado e das candidaturas na Paraíba. João Pessoa, 04 out. 2024. Atualizado em: 23 fev. 2025. Disponível em: <https://www.trepb.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Outubro/eleicoes-2024-confira-o-perfil-do-eleitorado-e-das-candidaturas-na-paraiba>. Acesso em: 19 set. 2024.

VASCONCELOS, Alissa Kabichenko de. *Dinastias políticas e gênero: uma análise das deputadas federais da 55ª legislatura (2015–2019)*. 2018. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018